

1) A prática da tortura como crime autônomo

- A) é inexistente em nossa legislação penal apenas figurando como qualificadora para o crime de homicídio.
- B) está prevista apenas para menores de 18 anos embora sem adequada definição.
- C) é inexistente em nossa legislação sequer como qualificadora do homicídio.
- D) está prevista e definida na Lei dos Crimes Hediondos.

2) Como sabemos a emoção e a paixão não excluem a imputabilidade. Estudando-se as circunstâncias atenuantes percebe-se que

- A) apenas a emoção está ali prevista.
- B) as duas figuras estão ali previstas expressamente.
- C) apenas a paixão está ali prevista.
- D) embora as duas figuras não estejam ali citadas a emoção, se violenta, é causa de diminuição de pena no crime de homicídio.

3) O envio irregular de criança para o Exterior sem que a mesma fique exposta a perigo moral ou material e sem qualquer finalidade de lucro por parte do agente

- A) torna sua conduta penalmente atípica.
- B) fará com que o mesmo incida em crime previsto no Código Penal.
- C) fará com que o mesmo incida em crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) fará com que o mesmo incida em crime previsto no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

4) A ação penal adequada para o crime de estupro em que a vítima sofre lesão corporal leve sem qualquer aplicação das exceções contidas nas Disposições Gerais dos Crimes contra os Costumes é

- A) tema conflitante em nossa jurisprudência até com manifestação do STF a respeito.
- B) pública incondicionada sem qualquer conflito jurisprudencial.
- C) de iniciativa privada sem qualquer conflito jurisprudencial.
- D) tema conflitante em nossa jurisprudência mas não é assunto da alçada do STF.

5) O "fim libidinoso", como sabemos, é exigência para a ocorrência do crime de rapto. Conseguindo o agente consumir esse objetivo sexual,

- A) estará sempre incidindo em concurso material entre o rapto e o "ato libidinoso".
- B) terá apenas praticado o crime de rapto já que o "fim libidinoso" é apenas o seu exaurimento.
- C) poderá, dependendo das circunstâncias em que ocorreu o "fim libidinoso", estar ou não incidindo em concurso material de crimes.
- D) estará incidindo em concurso formal de crimes.

6) Para a teoria finalista da ação a análise do dolo ou da culpa será feita

- A) na culpabilidade.
- B) no fato típico na análise da conduta.
- C) na exigibilidade de conduta diversa.
- D) na tipicidade como elemento do fato típico.

7) Dentro do tema "concurso de crimes" quais figuras mais se aproximam em termos de sua composição?

- A) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material heterogêneo.
- B) Concurso material com concurso formal sem desígnios autônomos.
- C) Crime continuado com concurso formal.
- D) Crime continuado com vítimas diversas e concurso material homogêneo.

8) A morte da vítima para caracterizar o crime de latrocínio

- A) pode ter sido provocada pelo emprego da violência ou de grave ameaça.
- B) somente poderá ter sido provocada pela violência.
- C) foi produto do emprego da violência contra obstáculo à subtração da coisa alheia.
- D) somente poderá ter sido provocada pela grave ameaça.

9) As penas privativas de liberdade de reclusão ou detenção

- A) sempre estarão previstas de forma isolada e não de forma alternativa.
- B) podem aparecer de forma alternativa mas apenas para os crimes culposos.
- C) na forma alternativa somente aparecerão com a pena de multa.
- D) podem aparecer em nosso Código Penal de forma alternativa.

10) A morte da vítima para qualificar o crime de rixa

- A) terá que ser dolosa na forma direta ou eventual.
- B) sempre será culposa.
- C) terá que ser dolosa mas somente na forma direta.
- D) poderá ser dolosa ou culposa.

11) O marido que, pretendendo matar a esposa, dispara contra ela vários tiros de revólver, ignorando que a mesma estava morta naturalmente em sua cama demonstra, ao menos, intensa periculosidade. Sua conduta

- A) faz surgir o chamado crime impossível e contra ele será aplicada uma medida de segurança não detentiva.
- B) faz surgir o chamado crime impossível e contra ele será aplicada uma medida de segurança detentiva.
- C) caracteriza clara e evidente tentativa de homicídio pela qual ele irá responder.
- D) é penalmente atípica sem qualquer outro efeito penal no tocante a esse fato.

12) O efeito da aceitação pelo julgador, num caso da prática de um aborto eugênico, da tese de ter ocorrido, por parte da gestante que o consentiu, erro de proibição vencível,

- A) causará a absolvição da ré.
- B) provocará a condenação da ré com diminuição de sua pena.
- C) causará a condenação da ré pela "aberratio ictus" .
- D) provocará a condenação da ré sem qualquer redução de pena.

13) A tese de que o crime de concussão é de natureza formal

- A) dificulta a legalidade de uma eventual prisão em flagrante no ato do recebimento da propina exigida pelo agente.
- B) dificulta para saber qual a pena cominada para o crime.
- C) facilita a legalidade de uma eventual prisão em flagrante no ato do recebimento da propina exigida pelo agente.
- D) facilita o entendimento de que é possível a sua forma tentada.

14) Estudando-se a Lei nº 6.368/76 - Lei Antitóxicos verifica-se que a conduta culposa por parte do agente

- A) não está ali prevista ficando, portanto, atípica.
- B) está prevista como um dos crimes nela descritos.
- C) não está prevista visto que a lei exige sempre o dolo direto.
- D) está prevista como caso de diminuição de pena para o usuário.

15) Excluindo-se a hipótese da chamada "aberratio ictus" o agente que por acidente ou erro na execução atinge resultado diverso do pretendido incide no chamado erro de

- A) tipo accidental.
- B) proibição invencível.
- C) tipo essencial.
- D) proibição vencível.

16) Aquele que mata o seu desafeto através de várias facadas sendo uma delas fatal irá responder apenas pelo homicídio doloso e não pelo homicídio doloso em concurso com lesão corporal também dolosa. Essa assertiva baseia-se no princípio da

- A) alternatividade.
- B) consunção.
- C) subsidiariedade.
- D) especialidade.

17) Dentro do tema "Da ação penal" a morte da vítima

- A) jamais irá causar ou ter reflexos na extinção da punibilidade, já que a mesma, se for casada, será representada pelo seu ascendente.
- B) nada tem com a extinção da punibilidade e a mesma sendo casada será representada pelo cônjuge.
- C) poderá, dependendo da ação penal, dar causa à extinção da punibilidade.
- D) poderá, em qualquer tipo de ação penal, dar causa à extinção da punibilidade.

18) A cominação da pena pela forma tentada

- A) será empre a do crime consumado reduzida em 1/3.
- B) será sempre a do crime consumado reduzida em 2/3.
- C) poderá, em caráter de exceção, ser a mesma da forma consumada.
- D) será sempre a do crime consumado reduzida em 1/3 a 2/3.

19) Para o crime de rapto consensual consta razoável diminuição de pena quando foi ele praticado "para fim de casamento". Essa redução de pena, se aplicada, significa que o

- A) casamento efetivamente ocorreu.
- B) casamento não ocorreu.
- C) crime de rapto foi exaurido.
- D) crime de rapto não foi exaurido.

20) Estudando-se a Lei nº 6.368/76 - Lei Antitóxicos verifica-se que a ação penal privada subsidiária

- A) é incabível em qualquer hipótese.
- B) é cabível em alguns crimes.
- C) é cabível para todos os crimes nela citados.
- D) é cabível apenas no tocante ao art. 12 que pune o tráfico de drogas.

21) São princípios regentes do Processo Penal os da

- A) verdade formal, da obrigatoriedade, da oficialidade e do contraditório.
- B) verdade real, da legalidade, da verdade convencional e da iniciativa das partes.
- C) verdade convencional, da oficialidade, da iniciativa das partes e do contraditório.
- D) verdade real, da legalidade, do contraditório e da publicidade.

22) A autoridade policial fica no dever intransponível de determinar instauração de inquérito policial, logo que tiver ciência de que ocorreu um crime de ação penal pública, por força da repercussão do princípio da

- A) verdade real.
- B) discricionariedade.
- C) legalidade.
- D) oportunidade.

23) O contraditório, garantia político-jurídica do cidadão, é característica primordial, traço marcante, do processo dito

- A) acusatório.
- B) inquisitivo.
- C) inquisitório.
- D) misto.

24) Cinco são os princípios que regem a ação penal pública incondicionada, a saber:

- A) Oficialidade, disponibilidade, legalidade, divisibilidade e intranscendência.
- B) oficiosidade, indisponibilidade, legalidade, indivisibilidade e transcendência.
- C) oficialidade, indisponibilidade, legalidade, indivisibilidade e intranscendência.
- D) oficiosidade, indisponibilidade, legalidade, divisibilidade e intranscendência.

25) O prazo especial para oferta da denúncia nos crimes de abuso de autoridade é de

- A) dois dias.
- B) três dias.
- C) cinco dias.
- D) quarenta e oito horas.

26) O descumprimento do ônus que as partes têm no sentido de colaborar para o desenvolvimento da relação processual denomina-se

- A) perempção.
- B) recalcitrância.
- C) deserção.
- D) contumácia.

27) O instrumento através do qual os órgãos superiores da Justiça, v. g., os Tribunais, dirigem-se aos órgãos inferiores, v. g., juízes monocráticos, ordenando a citação de alguém denomina-se carta

- A) rogatória.
- B) de guia.
- C) de ordem.
- D) precatória.

28) Em tema de lei processual penal brasileira, o princípio reitor de sua eficácia no espaço é o da

- A) justiça universal.
- B) defesa real ou da proteção.
- C) territorialidade.
- D) extraterritorialidade.

29) A função do defensor tem natureza jurídica de

- A) parte do processo.
- B) substituto processual.
- C) representante do imputado.
- D) assistência adesiva.

30) Quando a autoridade policial toma conhecimento de fato criminoso através de suas atividades rotineiras, ou através de publicações em jornais, ou, ainda, através da própria vítima, está diante de uma "notitia criminis" de cognição

- A) coercitiva.
- B) mediata.
- C) imediata.
- D) reflexa.

31) O despacho de recebimento da denúncia é uma decisão interlocutória

- A) simples.
- B) mista.
- C) definitiva em sentido estrito.
- D) definitiva em sentido amplo.

32) A inobservância da competência "ratione loci" em relação ao inquérito policial

- A) é apenas relativa e não dá margem à nulidade do procedimento respectivo.
- B) é absoluta e, como tal, acarreta a nulidade "ex radice" do procedimento, que deverá ser reiniciado pela autoridade competente.
- C) enseja só o refazimento dos atos destinados à colheita de provas, sendo válidos os demais.
- D) dá margem à responsabilidade administrativa e penal da autoridade policial que inobservou a regra de competência, e são nulos todos os atos praticados.

33) Em casos de crime de ação penal pública condicionada à representação,

- A) o juiz ou o promotor podem requisitar, de ofício, a instauração de inquérito policial a respeito dos fatos, independentemente da representação.
- B) o juiz ou o promotor só podem requisitar a instauração de inquérito policial se o fizerem dentro do semestre legal, contado da data do fato.
- C) só o juiz pode requisitar a instauração de inquérito policial, mas não o promotor de justiça.
- D) o juiz ou o promotor não podem, sem que haja a representação da vítima ou de seu representante legal, requisitar à autoridade policial a instauração de inquérito.

34) Promotor de Justiça que, recebendo autos de ação penal privada com vista, percebe que se trata, em verdade, de caso de ação penal pública incondicionada deve

- A) aditar a queixa.
- B) atuar como litisconsorte ativo necessário do ofendido.
- C) oferecer denúncia.
- D) desempenhar as funções de assistente do querelante.

35) Se o agente é condenado criminalmente só à pena de multa e morre antes de efetuar o pagamento,

- A) a obrigação não se transmite aos seus herdeiros e sucessores, extinguindo-se.
- B) a obrigação, por ser meramente pecuniária, transmite-se aos herdeiros e sucessores do agente, que deverão arcar com o seu pagamento.
- C) a obrigação só se transmite aos herdeiros se o falecido houver deixado bens.
- D) opera-se a sucessão a título universal.

36) O interrogatório do réu menor de vinte e um anos, porém emancipado,

- A) prescinde da nomeação de curador.
- B) não prescinde da nomeação de curador se a respectiva emancipação estiver averbada à margem do assento de nascimento do emancipado.
- C) não prescinde da nomeação de curador.
- D) poderá ser realizado com ou sem a presença de curador, a juízo da autoridade interrogante.

37) Nos crimes previstos na chamada "Lei Antitóxicos", verificando a autoridade policial que é caso de fiança, mas que o agente menor de vinte e um anos, preso em flagrante, não tem condições de prestá-la, aquela autoridade

- A) deverá, necessariamente, recolhê-lo ao cárcere, até que a preste, ou alguém por ele.
- B) deverá recolhê-lo, obrigatoriamente, porém em cela especial de estado-maior.
- C) deverá, imediatamente, colocá-lo em liberdade vigiada e mediante compromisso de não se ausentar do local da infração, independentemente do pagamento da fiança arbitrada.
- D) poderá determinar seu recolhimento domiciliar na residência dos pais, parentes ou de pessoa idônea, que assinarão termo de responsabilidade, "ad referendum" do juiz competente.

38) Durante a sessão no plenário do Tribunal do Júri,

- A) deve o réu, obrigatoriamente, permanecer algemado durante todo o evolver dos trabalhos.
- B) não sendo o uso de algemas regulamentado por lei específica, o réu deve, obrigatoriamente, permanecer livre do seu uso no plenário do Júri, sob pena de o Juiz-Presidente incidir em crime de abuso de autoridade.
- C) o emprego deve ficar ao prudente arbítrio do Juiz-Presidente, a quem compete, privativamente, a polícia das sessões.
- D) só será mantido sob algemas o réu reconhecido perigoso na sentença de pronúncia.

39) Diz-se "citra petita " a sentença

- A) que julga além da imputação formulada pela acusação.
- B) que não julga toda a imputação deduzida pelo órgão da acusação.
- C) quando o juiz anula a sua própria sentença.
- D) cujo dispositivo contraria as premissas invocadas pelo juiz na fundamentação.

40) O simples "pedido de explicações", nos casos de crimes contra a honra

- A) previne a jurisdição para o processo e julgamento da posterior ação penal privada.
- B) não previne a jurisdição da Vara em que correu, devendo ser livre a futura distribuição da queixa-crime.
- C) só previne a jurisdição quando a hipótese versar crime de calúnia.
- D) só torna prevento o juízo que a processou para os atos decisórios, mas não para os instrutórios da queixa-crime posteriormente deduzida.

41) Na classificação dos Agentes Públicos, os Agentes Políticos diferenciam-se dos demais por

- A) não se sujeitarem ao regime estatutário comum.
- B) exercerem mandatos eletivos.
- C) estarem hierarquizados.
- D) pertencerem ao Legislativo e ao Executivo.

42) Recusando-se o servidor policial a depor sem justa causa em processo administrativo poderá sofrer a seguinte sanção:

- A) será suspenso por cinco dias pela autoridade competente.
- B) será apenado com repreensão, pelo critério da verdade sabida pelo presidente da comissão processante.
- C) será suspenso preventivamente por sessenta dias, por ato do Delegado Geral de Polícia.
- D) terá suspenso o pagamento de seus vencimentos, após comunicação da comissão processante à autoridade competente, até que satisfaça a exigência legal.

43) A Administração pode anular os seus próprios atos eivados de vícios insanáveis, que os tornem ilegais, ou também revogá-los por motivo de interesse público superveniente, mas sempre com efeito "EX NUNC". A assertiva está

- A) correta.
- B) incorreta, pois a Administração somente pode anular os seus atos por motivo de interesse público e com efeito "EX NUNC".
- C) incorreta, pois a anulação opera efeitos "EX TUNC" e a revogação efeitos "EX NUNC".
- D) incorreta, pois tanto a anulação como a revogação operam efeitos "EX TUNC".

44) O "Domínio Público", em sentido amplo, é

- A) o poder de dominação que o Estado exerce exclusivamente sobre os bens de seu patrimônio.
- B) o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre os bens de seu patrimônio, ou sobre os bens de patrimônio privado, ou sobre coisas inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral da coletividade.
- C) o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce somente sobre os bens do patrimônio privado, quando houver interesse da coletividade.
- D) aquele que o Estado exerce somente sobre os bens particulares de interesse público, em razão de lei específica, observado o princípio de fruição geral da coletividade.

45) Em matéria de responsabilidade civil da Administração, a legislação brasileira consagra

- A) a teoria da culpa administrativa, exigindo a ilegalidade do ato ou violação do Direito, para se pensar em reparação de qualquer dano.
- B) o princípio segundo o qual a responsabilidade estatal reparatória só subsistirá se restar comprovada, ainda que indiretamente, sua culpa omissiva no evento danoso.
- C) a teoria do risco administrativo, bastando o nexo de causalidade entre o procedimento comissivo ou omissivo da Administração Pública e o evento danoso conseqüente, para haver responsabilidade estatal reparatória.
- D) a teoria segundo a qual o Estado somente será responsável pelo dano, se restar diretamente comprovada sua culpa comissiva, relativamente ao evento danoso.

46) Normalmente, os recursos administrativos provocam o efeito

- A) somente devolutivo.
- B) devolutivo e, por exceção, suspensivo.
- C) unicamente suspensivo.
- D) da obrigatória interrupção do fluxo prescricional.

47) Constituem atributos específicos e peculiares ao exercício do poder de Polícia Administrativa a

- A) discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- B) vinculação aos precisos termos da lei e a coercibilidade.
- C) discricionariedade, a confiabilidade e a forma.
- D) competência funcional, a forma e a auto-executoriedade.

48) Ato de gestão, na Administração Pública, é aquele

- A) que contém uma decisão coativa da Administração para o administrado.
- B) representado pelo preparo e movimentação de processos na órbita administrativa.
- C) que disciplina o relacionamento da Administração com o público externo.
- D) que ordena a conduta interna da Administração e de seus servidores.

49) Indique o significado correto de Quadro, na organização do funcionalismo.

- A) Conjunto de cargos que possuem a mesma denominação.
- B) Conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas, de um mesmo serviço, órgão ou poder.
- C) Conjunto de cargos isolados e de cargos em comissão.
- D) Conjunto de funções gratificadas e de cargos isolados de um mesmo serviço, órgão ou poder.

50) Sendo o funcionário público colocado em disponibilidade remunerada, o período de tempo em que a mesma ocorrer será contado

- A) somente para sexta-parte.
- B) para efeito de promoção por merecimento.
- C) para aposentadoria.
- D) exclusivamente para adicional por tempo de serviço.

51) Quando o poder público, independentemente de indenização e à vista do interesse coletivo, determina o recuo de certa distância para a construção em terrenos urbanos ou proíbe o desmatamento em parte de área florestal de propriedades rurais ocorre

- A) ocupação temporária.
- B) servidão administrativa.
- C) tombamento.
- D) limitação administrativa.

52) No que tange à invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que o Poder Judiciário

- A) somente pode anular os atos administrativos da Administração Pública.
- B) somente pode revogar os atos administrativos da Administração Pública.
- C) pode anular e revogar os atos administrativos da Administração Pública.
- D) não pode anular nem revogar os atos administrativos da Administração Pública.

53) São princípios constitucionais controladores da atuação administrativa dos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) legalidade, impessoalidade, credibilidade e motivação.
- B) legalidade, moralidade, revogabilidade e publicidade.
- C) legalidade, impessoalidade, moralidade e autenticidade.
- D) nenhuma das opções é correta.

54) Para a venda de bens móveis e semoventes da Administração Pública, a espécie de licitação utilizável é

- A) leilão.
- B) tomada de preços.
- C) concorrência.
- D) convite.

55) Quando um funcionário de carreira administrativa da Secretaria da Segurança Pública passa a ocupar cargo de provimento efetivo em outra Pasta, configura-se o (a)

- A) reversão.
- B) transferência.
- C) remoção.
- D) comissionamento.

56) Segundo os preceitos da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979 - LOP, computam-se os prazos

- A) incluindo o dia do começo, que pode ser prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, quando incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo e excluindo o do vencimento.
- B) prorrogando o dia do vencimento para o primeiro dia útil seguinte somente quando incidir em sábado ou domingo.
- C) excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, prorrogando-se este quando incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo, para o primeiro dia útil seguinte.
- D) prorrogando o dia do começo para o primeiro dia útil seguinte, somente quando incidir em domingo ou feriado.

57) O policial civil responsabilizado por "ineficiência intencional e reiterada no serviço" será punido com a pena de

- A) demissão.
- B) repreensão.
- C) suspensão por noventa dias.
- D) demissão a bem do serviço público.

58) Na administração direta e nas autarquias, a sindicalização dos servidores

- A) não é permitida.
- B) é permitida aos empregados celetistas e aos funcionários estatutários.
- C) é permitida somente aos empregados celetistas.
- D) é permitida somente aos empregados celetistas e funcionários nomeados para cargos em comissão.

59) Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta.

I - São requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, forma, finalidade, objeto e motivo.

II - Atos discricionários são os que a Administração pode praticar com liberdade de ação, para ensejar normas de caráter legislativo.

III - As certidões são atos administrativos enunciativos, nos quais o poder público manifesta a sua vontade.

IV - Os regulamentos são atos administrativos normativos, porque contêm um comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei.

- A) Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- B) Estão corretas as afirmativas I, III e IV.
- C) Estão corretas as afirmativas I e II.
- D) Estão corretas as afirmativas I e IV.

60) No âmbito dos "serviços públicos", qual a classificação dos serviços prestados pelo Estado nas áreas de Segurança, Higiene e Saúde Pública?

- A) Serviços de utilidade pública.
- B) Serviços administrativos.
- C) Serviços próprios do Estado.
- D) Serviços impróprios do Estado.

61) A dicção do artigo 5º, XIII, da CF, que dispõe ser "livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" é norma constitucional de eficácia

- A) plena.
- B) contida.
- C) limitada.
- D) programática.

62) O modo coativo de retirar um estrangeiro do território nacional por cometimento de infração penal ou de atos que o tornaram inconveniente denomina-se

- A) extradição.
- B) expulsão.
- C) deportação.
- D) banimento.

63) A origem histórica do mandado de injunção remonta aos fins do século

- A) dezessete, nos Estados Unidos.
- B) dezenove, no México.
- C) dezesseis, na Inglaterra.
- D) vinte, no Brasil.

64) Os elementos das Constituições são

- A) orgânicos, limitados, socioideológicos, de estabilidade constitucional e informais de aplicabilidade.
- B) orgânicos, limitadores, sociológicos, de estabilidade infraconstitucional e formais de aplicabilidade.
- C) orgânicos, limitativos, sociológicos, de estabilidade constitucional e informais de estabilidade.
- D) orgânicos, limitativos, socioideológicos, de estabilidade constitucional e formais de aplicabilidade.

65) O modo pelo qual se relacionam os Poderes Executivo e Legislativo denomina-se

- A) regime de governo.
- B) forma de governo.
- C) regime político.
- D) forma de estado.

66) A unidade geográfica, histórica, econômica e cultural da área ocupada por uma população é constitucionalmente conhecida como

- A) país.
- B) Estado.
- C) nação.
- D) território.

67) As cláusulas pétreas, ou núcleos constitucionais intangíveis, que limitam o poder derivado de revisão ou reforma, são limitações

- A) procedimentais.
- B) circunstanciais.
- C) materiais.
- D) conceituais.

68) Quando a nova Constituição revalida a legislação infraconstitucional revogada pela Constituição anterior, ocorre o fenômeno da

- A) recepção.
- B) repristinação.
- C) desconstitucionalização.
- D) ultratividade constitucional.

69) Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal são

- A) pessoas jurídicas de Direito Público interno.
- B) quase pessoas jurídicas.
- C) pessoas jurídicas de Direito Público interno e externo.
- D) partes materiais.

70) O art. 5º, XXXV, da CF, ao estatuir que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, consagrou o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, também conhecido como o princípio do

- A) juiz natural.
- B) direito de ação.
- C) promotor natural.
- D) acesso à Justiça.

71) Quanto ao modo de sua classificação, é correto dizer que a atual Constituição brasileira é

- A) costumeira, democrática, flexível e outorgada.
- B) rígida, popular, escrita e dogmática.
- C) formal, consuetudinária, promulgada e rígida.
- D) material, outorgada, histórica e semi-rígida.

72) Denomina-se, em doutrina, "constituição cesarista", aquela que

- A) é formada por um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um ditador ou detentor do poder, cuja vontade é assim ratificada.
- B) se origina de um órgão constituinte composto de representantes eleitos pelo povo.
- C) é imposta por um ditador sem qualquer referendo popular.
- D) somente é alterável mediante processos, solenidades e exigências formais especiais e específicas.

73) A chamada "inconstitucionalidade por omissão"

- A) não é contemplada pelo ordenamento jurídico-constitucional pátrio e ocorre com o retardamento do expurgo de atos legislativos contrários aos princípios de uma determinada Constituição.
- B) é aquela cujo controle somente pode ser efetuado por intermédio de jurisdição constitucional difusa do Supremo Tribunal Federal.
- C) é expressamente prevista pela nossa atual Constituição e verifica-se nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou executivos necessários para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais.
- D) é a decorrente do silêncio do Poder Judiciário quando, no julgamento de casos concretos submetidos ao seu exame, constarem ofensas à Constituição.

74) O atual sistema brasileiro de controle da constitucionalidade é

- A) jurisdicional e exclusivamente concentrado, por intermédio do Supremo Tribunal Federal.
- B) político e difuso.
- C) misto.
- D) jurisdicional, combinando os critérios difusos e concentrado, este pelo Supremo Tribunal Federal.

75) No que tange à nacionalidade primária das pessoas, a Constituição, basicamente, adotou o princípio

- A) do "ius sanguinis".
- B) da extraterritorialidade.
- C) do "ius solis".
- D) da livre opção dos pais.

76) Assinale a alternativa correta, em face da nossa atual Constituição.

- A) O brasileiro nato pode ser extraditado em qualquer caso de crime hediondo praticado em território de outro país.
- B) Tanto o brasileiro nato, quanto o naturalizado, não podem em hipótese alguma, ser extraditados.
- C) O brasileiro naturalizado sempre pode ser extraditado em casos de crimes comuns, ainda que praticados depois da naturalização.
- D) O brasileiro naturalizado só pode ser extraditado em casos de crimes comuns, desde que praticados antes da naturalização, ou quando comprovado o envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

77) Os direitos da cidadania adquirem-se pelo(a)

- A) alistamento eleitoral na forma da lei.
- B) nascimento com vida.
- C) maioridade civil.
- D) concepção, já que a lei assegura direitos ao nascituro.

78) O princípio da reserva da lei

- A) confunde-se com o princípio da legalidade.
- B) significa submissão e respeito à lei, com a atuação dentro da esfera estabelecida pelo legislador.
- C) corresponde ao poder político de legislar reservado ao Congresso Nacional.
- D) consiste em preceituar que a regulamentação de determinadas matérias há de fazer-se necessariamente, por lei formal.

79) A privação temporária dos direitos políticos de um cidadão denomina-se

- A) cassação.
- B) perda.
- C) suspensão.
- D) preclusão.

80) Os Ministros de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade que cometerem sozinhos, serão processados e julgados pelo

- A) Senado Federal.
- B) Supremo Tribunal Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça.
- D) Congresso Nacional.

81) O sinal de Werkgartner é encontrado nos ferimentos

- A) por instrumentos contundentes.
- B) por agentes térmicos.
- C) de entrada produzidos por disparo de arma de fogo à curta distância.
- D) de entrada nos disparos encostados.

82) Em Medicina Forense exige-se, para ser considerado abortamento, que a morte tenha ocorrido

- A) no primeiro mês de vida.
- B) antes dos três meses de vida.
- C) antes dos seis meses de vida.
- D) antes do parto.

83) O fenômeno da adipocera pode ocorrer se o cadáver estiver em ambiente

- A) seco e quente.
- B) seco e frio.
- C) úmido e quente.
- D) úmido e frio.

84) As impressões datiloscópicas podem ser

- A) latentes.
- B) coloridas.
- C) moldadas.
- D) latentes, coloridas e moldadas.

85) As provas de filiação representadas por vórtice capilar, braquidactilia e cor dos olhos

- A) são pré-mendelianas.
- B) são mendelianas.
- C) carecem de qualquer valor científico.
- D) não podem afirmar a realidade do vínculo paterno.

86) A sequência cromática do espectro equimótico é:

- A) avermelhado, azulado, amarelado e esverdeado.
- B) azulado, amarelado, esverdeado e avermelhado.
- C) avermelhado, azulado, esverdeado e amarelado.
- D) amarelado, azulado, violáceo e esverdeado.

87) Constitui prova de orientação na perícia de sangue a prova de

- A) Van Deen.
- B) Pacini-Hofmann.
- C) Teichmann.
- D) Winderdoff.

88) A prova de Verderau serve para determinar

- A) se o recém-nascido nasceu com vida.
- B) se a morte deu-se por intoxicação por organo-fosforado.
- C) se o disparo de arma de fogo foi à curta ou à longa distância.
- D) se o ferimento foi feito "post-mortem".

89) A ordem de grandeza do ângulo de Rivet aumenta, nas diferentes raças humanas, na seguinte ordem:

- A) leucodermas, melanodermas e xantodermas.
- B) xantodermas, leucodermas e melanodermas.
- C) melanodermas, xantodermas e leucodermas.
- D) leucodermas, xantodermas e melanodermas.

90) As queimaduras por ácidos costumam ser, em relação às produzidas pelos álcalis,

- A) mais duras.
- B) mais secas.
- C) as alternativas A e B estão certas.
- D) as alternativas A e B estão erradas.

91) Os cristais de Westenhofer-Rocha-Valaverde aparecem no sangue do cadáver

- A) 1 dia após a morte.
- B) 3 dias após a morte.
- C) 8 dias após a morte.
- D) 15 dias após a morte.

92) A embriaguez patológica

- A) ocorre em doentes mentais.
- B) se observa quando pequenas doses produzem grandes efeitos.
- C) equivale à dipsomania.
- D) é sinônimo de alcoolismo crônico.

93) Um instrumento cortante é caracterizado, em Medicina Legal, basicamente

- A) pela sua forma.
- B) pelo seu uso habitual.
- C) pela existência de um ou mais gumes.
- D) pela sua ação.

94) Diz-se que um indivíduo sofre de vício em relação a uma droga psicoativa, quando ele

- A) necessita de doses cada vez maiores, para sentir os mesmos efeitos.
- B) é psicologicamente dependente da droga.
- C) é fisicamente dependente da droga.
- D) é usuário de mais de um tipo de droga.

95) Não se pode incluir entre os sinais de asfixia a

- A) formação de livores cadavéricos.
- B) ocorrência de cianose.
- C) ocorrência de edema pulmonar.
- D) formação de manchas de Tardieu.

96) Asfixia produzida por baixa concentração de oxigênio no ambiente é denominada

- A) sufocação indireta.
- B) sufocação direta.
- C) confinamento.
- D) intermação.

97) O cogumelo de espuma, que emerge das narinas e da boca de cadáveres

- A) pode aparecer em qualquer morte por asfixias em geral.
- B) ocorre exclusivamente em casos de afogamento.
- C) ocorre exclusivamente em casos de asfixias.
- D) ocorre em todos os casos de óbito violento.

98) A marca ou sinal de Jellineck indica

- A) lesão por radiação ionizante.
- B) envenenamento por arsênico.
- C) lesão por arma de fogo encostada.
- D) ação vulnerante de eletricidade.

99) Em ferimento por arma de fogo, não é produzida pela ação de projétil a

- A) câmara de mina de Hofmann.
- B) aréola equimótica.
- C) orla de enxugo.
- D) orla de contusão.

100) Ao se examinarem lesões em cadáveres, não se pode considerar como reação vital

- A) a equimose.
- B) a presença de coágulos sangüíneos.
- C) o edema.
- D) o apergaminhamento da pele.

Gabarito

1-B 2-A 3-C 4-A 5-C 6-B 7-D 8-A 9-D 10-D 11-D 12-A 13-A 14-B 15-A 16-B 17-C 18-C 19-B 20-C 21-D 22-C 23-A 24-C 25-D 26-D 27-C 28-C 29-C 30-C 31-C 32-A 33-D 34-C 35-A 36-C 37-C 38-C 39-B 40-B 41-A 42-D 43-C 44-B 45-C 46-B 47-A 48-D 49-B 50-C 51-D 52-A 53-D 54-A 55-B 56-C 57-A 58-B 59-D 60-C 61-B 62-B 63-C 64-D 65-A 66-A 67-C 68-B 69-B 70-B 71-B 72-A 73-C 74-D 75-C 76-D 77-A 78-D 79-C 80-B 81-D 82-D 83-C 84-D 85-B 86-C 87-A 88-D 89-D 90-C 91-B 92-B 93-D 94-C 95-C 96-C 97-A 98-D 99-A 100-D